



**CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL (CNR)**  
**Ata da 17ª reunião, realizada em 15 de dezembro de 2023**

1 Em 15 de dezembro de 2023, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do Conselho  
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de  
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes  
4 membros titulares e suplentes: a presidente suplente Nathalia Milagre Hazan, representante da SEMAD;  
5 Representantes do Estado: Lorena Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e  
6 Abastecimento (Seapa); Kathleen Garcia Nascimento (Sede); Marcelo Bahia Cantella, da Secretaria de Estado de  
7 Educação (SEE); Ivan Tavares de Melo Filho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Lucas Silva e Greco, do  
8 Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). Representantes dos municípios: Lucinéia de Sousa  
9 Beltrame, da Prefeitura de Patrocínio; Amarilton Turibio de Oliveira, da Prefeitura de Mantena; Flaminio Guerra  
10 Guimarães, da Prefeitura de Nova Era; Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de Lavras; Tamires Batista de  
11 Sousa, da Prefeitura de Taiobeiras. Representantes dos usuários de recursos hídricos: Dênio Drummond  
12 Procópio, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Alessandro de Oliveira Palhares, da Companhia de  
13 Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Henrique Damásio Soares, da Federação da Agricultura e Pecuária do  
14 Estado de Minas Gerais (Faemg); Renata Medrado Malthik Benevides, da Federação das Indústrias do Estado de  
15 Minas Gerais (Fiemg); Heloísa Cristina França Cavallieri, do Serviço Autônomo de Saneamento Básico (SAAE) de  
16 Itabirito. Representantes da sociedade civil: Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto Heleno  
17 Maia de Proteção à Biodiversidade (IHMBio); Pedro Tavares Lima, da Associação para a Proteção Ambiental do  
18 Vale do Mutuca (Promutuca); Maurício Nicolau de Assis Bertachini, da Associação Brasileira de Águas  
19 Subterrâneas - Núcleo Minas Gerais (Abas/MG); Armando Gallo Yahn Filho, da Universidade Federal de  
20 Uberlândia (UFU); José Augusto Costa Gonçalves, da Universidade Federal de Itajubá (Unifei). **Assuntos em**  
21 **pauta. 1) ABERTURA.** a presidente suplente Nathalia Milagre Hazan declarou aberta a 17ª reunião da Câmara  
22 Normativa e Recursal. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3)**  
23 **COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** A conselheira Lorena Gonçalves Brito se declarou impedida nos itens 6.3 e  
24 6.7 em virtude de integrar os Comitês de Bacia a que se referem esses itens de pauta. O conselheiro Henrique  
25 Damásio Soares fez alerta aos demais membros da Câmara que participam dos Comitês de Bacia cujo  
26 enquadramento seria deliberado nesta sessão quanto aos motivos de suspeição e impedimento previstos no  
27 Regimento Interno do CERH, sob pena de processo administrativo na Comissão de Ética. O conselheiro  
28 Armando Gallo Yahn Filho solicitou esclarecimento de dúvida em relação a quais conselheiros estariam  
29 impedidos nesta sessão. Valéria Nogueira, procuradora do IGAM, esclareceu que o Regimento Interno do CERH  
30 traz os casos de impedimento e suspeição no Artigo 60 e que os conselheiros devem proceder na observância  
31 desse dispositivo. Pontuou que o inciso I, que trata sobre “interesse direto ou indireto na matéria”, é  
32 “subjetivo”: “Não necessariamente o conselheiro estar atuando no Comitê e estar atuando agora na CNR ou na  
33 Plenária estaria impedido. Aqui é uma questão mais subjetiva, um interesse direto mesmo ou de um parente ou  
34 de algo nesse sentido.” E destacou o inciso II: “Agora, nós temos o inciso II, que fala ‘tenha vínculo jurídico,  
35 empregatício ou contratual com pessoa física ou jurídica envolvida na matéria’. Há um vínculo do conselheiro  
36 com o Comitê, ele está sujeito às regras da administração pública. Então aqui entendemos que há um vínculo  
37 jurídico, não por um interesse direto, e o Artigo 60 é claro nesse sentido: tenha vínculo jurídico com a pessoa  
38 envolvida na matéria. Esses incisos praticamente repetem o que tem na Lei de Processo Administrativo  
39 estadual. E se baseiam em quê? Temos os princípios da administração pública, que estão previstos na  
40 Constituição, e dentre esses princípios citamos aqui como importante o da imparcialidade. Então é nesse  
41 sentido que existem as regras de impedimento. Se um conselheiro num primeiro momento fez parte de uma  
42 deliberação no âmbito do Comitê, e essa matéria é submetida em segunda fase – o que chamamos de atos  
43 complexos – para deliberação no CERH, ele estaria atuando novamente, numa segunda instância, na mesma  
44 matéria. Então entendemos que estaria ferindo o princípio da imparcialidade, e por isso o impedimento.” O

conselheiro Henrique Damásio Soares, em nome da Faemg, registrou pedido à Secretaria Executiva para que processos de maior complexidade, como os dos itens que constam na pauta desta sessão, sejam pautados de forma escalonada nas reuniões da Câmara e não em uma única pauta, para que seja garantido aos conselheiros um prazo razoável para análise dos documentos de forma criteriosa. O conselheiro Armando Gallo Yahn Filho, como membro suplente representante da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) na CNR, manifestou que não estaria nem impedido nem suspeito, mas que iria se abster de todas as votações nesta sessão pela impossibilidade de tomar conhecimento do conteúdo da pauta, considerando ter retornado recentemente de licença médica. “A questão de participar da CNR ficou separada do meu pedido de licença médica de 90 dias da Universidade Federal de Uberlândia, que se encerrou no dia 12 de dezembro, terça-feira agora. Eu terminei uma situação em que estava 90 dias de licença médica da Universidade Federal de Uberlândia, não me colocando impedido de participar das reuniões.”

**4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve comunicados.

**5) EXAME DA ATA DA 16ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 16ª reunião da Câmara Normativa e Recursal, realizada em 17 de novembro de 2023. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE, Segov, MPMG, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Lavras, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, IHMBio, Abas e Unifei. Abstenções: Prefeitura de Patrocínio e UFU. Ausências: Prefeitura de Taiobeiras, SAAE de Itabirito e Promutuca. Justificativas de abstenções. Os conselheiros representantes da Prefeitura de Patrocínio e da UFU nesta sessão justificaram abstenção na votação da ata pelo motivo de não terem participado da 16ª reunião da CNR.

**6) MINUTAS DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH-MG PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 6.1) Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que dispõe sobre o Enquadramento dos Corpos de Água superficiais da Circunscrição Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri. Responsável: Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos (Gplan/IGAM). Retorno de vista pela conselheira Ana Paula Bicalho de Mello, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg).** Minuta de Deliberação Normativa CERH aprovada por unanimidade nos termos apresentados pelo IGAM, com inclusão de novo artigo, conforme proposta da Faemg, acatada pelo IGAM, com a seguinte redação: “Artigo 5º - A cada dois anos o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mucuri, juntamente com a Agência de Bacia ou entidade a ela equiparada e o órgão gestor de recursos hídricos, deverá avaliar a implementação das ações do Programa de Efetivação do Enquadramento e as condições de qualidade da água com vistas ao alcance das metas intermediárias e finais estabelecidas no enquadramento, assim como as causas dos avanços e das desconformidades, estabelecendo medidas para a adequação da qualidade da água à sua respectiva meta de enquadramento.” Votos favoráveis: Seapa, SEE, Segov, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Taiobeiras, Cemig, Copasa, IHMBio, Promutuca, Abas e Unifei. Abstenções: Sede, MPMG, Faemg e UFU. Impedimento: Fiemg. Ausência: SAAE de Itabirito. Declarações de impedimento e justificativas de abstenção (votação em bloco dos itens 6.1, 6.2, 6.3, 6.5, 6.6, 6.7, 6.8, 6.9 e 6.10). Conselheira Lorena Gonçalves Brito/Seapa: “Impedimento no 6.3 e 6.7 por fazer parte dos Comitês, e nos demais eu voto favorável.” Conselheira Kathleen Garcia Nascimento/Sede: “Eu vou me abster. Conforme eu falei, a avaliação sobre os enquadramentos para efeito de impacto sobre o setor produtivo não consigo avaliar, não sei quais são os possíveis impactos e prefiro não fazer nenhuma consideração no momento.” Conselheiro Lucas Silva e Greco/MPMG: “Em razão de orientação formal da Corregedoria-Geral do Ministério Público, eu me abstenho.” Conselheiro Flaminio Guerra Guimarães/Prefeitura de Nova Era: “Eu vou me declarar impedido no 6.6, que é o do Piracicaba, e favorável aos demais.” Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Apesar de a minuta ter acatado algumas propostas que nós fizemos, eu vou me abster, principalmente, porque ainda não ficou clara para mim a questão do enquadramento a jusante e isso pode alguma hora prejudicar o uso consolidado dos produtores Rurais.” Conselheira Renata Medrado Malthik Benevides/Fiemg: “Declaração de impedimento no 6.1, 6.6, 6.7 e 6.8, e aos demais favorável.” Conselheiro Armando Gallo Yahn Filho/UFU: “Eu me abstenho em todos os itens pelo mesmo motivo, de desconhecimento do processo na íntegra, por estar de afastamento médico durante 90 dias.” Conselheiro José Augusto Costa Gonçalves/Unifei: “Unifei se declara impedida no item 6.6 e favorável a todos os demais.”

**6.2) Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que dispõe sobre o Enquadramento dos Corpos de Água superficiais da Circunscrição Hidrográfica do Rio São Mateus. Responsável: Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos (Gplan/IGAM). Retorno de vista pela conselheira Ana Paula Bicalho de Mello, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg).** Minuta de Deliberação Normativa CERH aprovada

96 por unanimidade nos termos apresentados pelo IGAM, com inclusão de novo artigo, conforme proposta da  
 97 Faemg, acatada pelo IGAM, com a seguinte redação: “Artigo 5º - A cada dois anos o Comitê da Bacia  
 98 Hidrográfica do Rio São Mateus, juntamente com a Agência de Bacia ou entidade a ela equiparada e o órgão  
 99 gestor de recursos hídricos, deverá avaliar a implementação das ações do Programa de Efetivação do  
 100 Enquadramento e as condições de qualidade da água com vistas ao alcance das metas intermediárias e finais  
 101 estabelecidas no enquadramento, assim como as causas dos avanços e das desconformidades, estabelecendo  
 102 medidas para a adequação da qualidade da água à sua respectiva meta de enquadramento.” Votos favoráveis:  
 103 Seapa, SEE, Segov, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de  
 104 Lavras, Prefeitura de Taiobeiras, Cemig, Copasa, Fiemg, IHMBio, Promutuca, Abas e Unifei. Abstenções: Sede,  
 105 MPMG, Faemg e UFU. Ausência: SAAE de Itabirito. Declarações de impedimento e justificativas de abstenção  
 106 conforme registro feito no item 6.1, em votação em bloco. **6.3) Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG  
 107 que dispõe sobre o Enquadramento dos Corpos de Água superficiais da Circunscrição Hidrográfica do Rio Pará  
 108 - SF2. Responsável: Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos (Gplan/IGAM).** Minuta de Deliberação  
 109 Normativa CERH aprovada por unanimidade nos termos apresentados pelo IGAM, com inclusão de novo artigo,  
 110 conforme proposta da Faemg, acatada pelo IGAM, com a seguinte redação: “Artigo 5º - A cada dois anos o  
 111 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará, juntamente com a Agência de Bacia ou entidade a ela equiparada e o  
 112 órgão gestor de recursos hídricos, deverá avaliar a implementação das ações do Programa de Efetivação do  
 113 Enquadramento e as condições de qualidade da água com vistas ao alcance das metas intermediárias e finais  
 114 estabelecidas no enquadramento, assim como as causas dos avanços e das desconformidades, estabelecendo  
 115 medidas para a adequação da qualidade da água à sua respectiva meta de enquadramento.” Votos favoráveis:  
 116 SEE, Segov, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Lavras,  
 117 Prefeitura de Taiobeiras, Cemig, Copasa, Fiemg, IHMBio, Promutuca, Abas e Unifei. Abstenções: Sede, MPMG,  
 118 Faemg e UFU. Impedimento: Seapa. Ausência: SAAE de Itabirito. Declaração de impedimento e justificativas de  
 119 abstenção conforme registro feito no item 6.1, em votação em bloco. **6.4) Minuta de Deliberação Normativa  
 120 CERH-MG que dispõe sobre o Enquadramento dos Corpos de Água superficiais da Circunscrição Hidrográfica  
 121 do Entorno da Represa de Três Marias - SF4. Responsável: Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos  
 122 (Gplan/IGAM).** Minuta de Deliberação Normativa CERH aprovada por unanimidade nos termos apresentados  
 123 pelo IGAM. Votos favoráveis: Seapa, SEE, Segov, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de  
 124 Nova Era, Prefeitura de Lavras, Cemig, Copasa, Fiemg, IHMBio, Promutuca, Abas e Unifei. Abstenções: Sede,  
 125 MPMG, Faemg e UFU. Ausências: Prefeitura de Taiobeiras e SAAE de Itabirito. Justificativas de abstenções.  
 126 Conselheira Kathleen Garcia Nascimento/Sede: “Eu li os documentos, mas não entendo que estou apta a fazer  
 127 alguma consideração a respeito.” Conselheiro Lucas Silva e Greco/MPMG: “Em razão de formal orientação da  
 128 Corregedoria-Geral do Ministério Público, eu me abstenho.” Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Eu  
 129 me abstenho por entender a complexidade do tema e os impactos nas questões de licenciamento do meu  
 130 setor.” Conselheiro Armando Gallo Yahn Filho/UFU: “Eu me abstenho por estar totalmente desconhecido do  
 131 processo por razões internas, de licenciamento médico, durante 90 dias, na UFO.” **6.5) Minuta de Deliberação  
 132 Normativa CERH-MG que dispõe sobre o Enquadramento dos Corpos de Água superficiais da Circunscrição  
 133 Hidrográfica do Rio Piranga - DO1. Responsável: Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos  
 134 (Gplan/IGAM).** Minuta de Deliberação Normativa CERH aprovada por unanimidade nos termos apresentados  
 135 pelo IGAM, com nova redação para o Artigo 5º: “Artigo 5º - A cada dois anos o Comitê da Bacia Hidrográfica do  
 136 Rio Piranga, juntamente com a Agência de Bacia ou entidade a ela equiparada e o órgão gestor de recursos  
 137 hídricos, deverá avaliar a implementação das ações do Programa de Efetivação do Enquadramento e as  
 138 condições de qualidade da água com vistas ao alcance das metas intermediárias e finais estabelecidas no  
 139 enquadramento, assim como as causas dos avanços e das desconformidades, estabelecendo medidas para a  
 140 adequação da qualidade da água à sua respectiva meta de enquadramento.” Votos favoráveis: Seapa, SEE,  
 141 Segov, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Lavras, Prefeitura  
 142 de Taiobeiras, Cemig, Copasa, Fiemg, IHMBio, Promutuca, Abas e Unifei. Abstenções: Sede, MPMG, Faemg e  
 143 UFU. Ausência: SAAE de Itabirito. Declarações de impedimento e justificativas de abstenção conforme registro  
 144 feito no item 6.1, em votação em bloco. **6.6) Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que dispõe sobre o  
 145 Enquadramento dos Corpos de Água superficiais da Circunscrição Hidrográfica do Rio Piracicaba - DO2.  
 146 Responsável: Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos (Gplan/IGAM).** Minuta de Deliberação

147 Normativa CERH aprovada por unanimidade nos termos apresentados pelo IGAM, com nova redação para o  
 148 Artigo 5º: “Artigo 5º - A cada dois anos o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, juntamente com a  
 149 Agência de Bacia ou entidade a ela equiparada e o órgão gestor de recursos hídricos, deverá avaliar a  
 150 implementação das ações do Programa de Efetivação do Enquadramento e as condições de qualidade da água  
 151 com vistas ao alcance das metas intermediárias e finais estabelecidas no enquadramento, assim como as causas  
 152 dos avanços e das desconformidades, estabelecendo medidas para a adequação da qualidade da água à sua  
 153 respectiva meta de enquadramento.” Votos favoráveis: Seapa, SEE, Segov, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura  
 154 de Mantena, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Taiobeiras, Cemig, Copasa, IHMBio, Promutuca e Abas.  
 155 Abstenções: Sede, MPMG, Faemg e UFU. Impedimentos: Prefeitura de Nova Era, Fiemg e Unifei. Ausência: SAAE  
 156 de Itabirito. Declarações de impedimento e justificativas de abstenção conforme registro feito no item 6.1, em  
 157 votação em bloco. **6.7) Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que dispõe sobre o Enquadramento dos**  
 158 **Corpos de Água superficiais da Circunscrição Hidrográfica do Rio Santo Antônio - DO3. Responsável: Gerência**  
 159 **de Planejamento de Recursos Hídricos (Gplan/IGAM).** Minuta de Deliberação Normativa CERH aprovada por  
 160 unanimidade nos termos apresentados pelo IGAM, com nova redação para o Artigo 5º: “Artigo 5º - A cada dois  
 161 anos o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio, juntamente com a Agência de Bacia ou entidade a  
 162 ela equiparada e o órgão gestor de recursos hídricos, deverá avaliar a implementação das ações do Programa  
 163 de Efetivação do Enquadramento e as condições de qualidade da água com vistas ao alcance das metas  
 164 intermediárias e finais estabelecidas no enquadramento, assim como as causas dos avanços e das  
 165 desconformidades, estabelecendo medidas para a adequação da qualidade da água à sua respectiva meta de  
 166 enquadramento.” Votos favoráveis: SEE, Segov, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de  
 167 Nova Era, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Taiobeiras, Cemig, Copasa, IHMBio, Promutuca, Abas e Unifei.  
 168 Abstenções: Sede, MPMG, Faemg e UFU. Impedimentos: Seapa e Fiemg. Ausência: SAAE de Itabirito.  
 169 Declarações de impedimento e justificativas de abstenção conforme registro feito no item 6.1, em votação em  
 170 bloco. **6.8) Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que dispõe sobre o Enquadramento dos Corpos de**  
 171 **Água superficiais da Circunscrição Hidrográfica do Rio Suaçuí - DO4. Responsável: Gerência de Planejamento**  
 172 **de Recursos Hídricos (Gplan/IGAM).** Minuta de Deliberação Normativa CERH aprovada por unanimidade nos  
 173 termos apresentados pelo IGAM, com nova redação para o Artigo 5º: “Artigo 5º - A cada dois anos o Comitê da  
 174 Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí, juntamente com a Agência de Bacia ou entidade a ela equiparada e o órgão  
 175 gestor de recursos hídricos, deverá avaliar a implementação das ações do Programa de Efetivação do  
 176 Enquadramento e as condições de qualidade da água com vistas ao alcance das metas intermediárias e finais  
 177 estabelecidas no enquadramento, assim como as causas dos avanços e das desconformidades, estabelecendo  
 178 medidas para a adequação da qualidade da água à sua respectiva meta de enquadramento.” Votos favoráveis:  
 179 Seapa, SEE, Segov, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de  
 180 Lavras, Prefeitura de Taiobeiras, Cemig, Copasa, IHMBio, Promutuca, Abas e Unifei. Abstenções: Sede, MPMG,  
 181 Faemg e UFU. Impedimento: Fiemg. Ausência: SAAE de Itabirito. Declaração de impedimento e justificativas de  
 182 abstenção conforme registro feito no item 6.1, em votação em bloco. **6.9) Minuta de Deliberação Normativa**  
 183 **CERH-MG que dispõe sobre o Enquadramento dos Corpos de Água superficiais da Circunscrição Hidrográfica**  
 184 **do Rio Caratinga - DO5. Responsável: Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos (Gplan/IGAM).** Minuta  
 185 de Deliberação Normativa CERH aprovada por unanimidade nos termos apresentados pelo IGAM, com nova  
 186 redação para o Artigo 5º: “Artigo 5º - A cada dois anos o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga,  
 187 juntamente com a Agência de Bacia ou entidade a ela equiparada e o órgão gestor de recursos hídricos, deverá  
 188 avaliar a implementação das ações do Programa de Efetivação do Enquadramento e as condições de qualidade  
 189 da água com vistas ao alcance das metas intermediárias e finais estabelecidas no enquadramento, assim como  
 190 as causas dos avanços e das desconformidades, estabelecendo medidas para a adequação da qualidade da água  
 191 à sua respectiva meta de enquadramento.” Votos favoráveis: Seapa, SEE, Segov, Prefeitura de Patrocínio,  
 192 Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Taiobeiras, Cemig, Copasa,  
 193 Fiemg, IHMBio, Promutuca, Abas e Unifei. Abstenções: Sede, MPMG, Faemg e UFU. Ausência: SAAE de Itabirito.  
 194 Declarações de impedimento e justificativas de abstenção conforme registro feito no item 6.1, em votação em  
 195 bloco. **6.10) Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que dispõe sobre o Enquadramento dos Corpos de**  
 196 **Água superficiais da Circunscrição Hidrográfica Águas do Rio Manhuaçu - DO6. Responsável: Gerência de**  
 197 **Planejamento de Recursos Hídricos (Gplan/IGAM).** Minuta de Deliberação Normativa CERH aprovada por

198 unanimidade nos termos apresentados pelo IGAM, com nova redação para o Artigo 6º: “Artigo 6º - A cada dois  
199 anos o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu, juntamente com a Agência de Bacia ou entidade a ela  
200 equiparada e o órgão gestor de recursos hídricos, deverá avaliar a implementação das ações do Programa de  
201 Efetivação do Enquadramento e as condições de qualidade da água com vistas ao alcance das metas  
202 intermediárias e finais estabelecidas no enquadramento, assim como as causas dos avanços e das  
203 desconformidades, estabelecendo medidas para a adequação da qualidade da água à sua respectiva meta de  
204 enquadramento.” Votos favoráveis: Seapa, SEE, Segov, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Mantena,  
205 Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Taiobeiras, Cemig, Copasa, Fiemg, IHMBio,  
206 Promutuca, Abas e Unifei. Abstenções: Sede, MPMG, Faemg e UFU. Ausência: SAAE de Itabirito. Declarações de  
207 impedimento e justificativas de abstenção conforme registro feito no item 6.1, em votação em bloco. **7)**  
208 **PROPOSTA DE AGENDA PARA AS REUNIÕES DA CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO CERH-MG EM 2024.**  
209 **Apresentação: SEMAD.** Aprovada por unanimidade a agenda de reuniões da Câmara Normativa e Recursal para  
210 2024, conforme proposta apresentada pela SEMAD. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE, Segov, MPMG,  
211 Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Lavras, Cemig, Copasa,  
212 Faemg, Fiemg, Promutuca, Abas, UFU e Unifei. Ausências: Prefeitura de Taiobeiras, SAAE de Itabirito e IHMBio.  
213 **8) ASSUNTOS GERAIS.** Marcelo da Fonseca/diretor-geral do IGAM: “Eu não poderia deixar de estar aqui com  
214 vocês neste momento histórico da bacia mineira do rio Doce, em especial, sem demérito aos demais  
215 enquadramentos aprovados. Mas aqui, na pessoa do Flaminio, eu queria cumprimentar todos os Comitês  
216 mineiros pelo trabalho de gestão integrada, esse olhar de todo o território. Mais uma vez, Minas Gerais dando  
217 exemplo para o país. Agradecer toda a participação da nossa equipe do IGAM, dos órgãos gestores como um  
218 todo, o apoio da Agência Nacional de Águas e de toda a equipe técnica que participou desse projeto do  
219 enquadramento, do Plano, materializando a primeira Unidade Estratégica de Gestão do Estado de Minas Gerais  
220 com todos os instrumentos aprovados. Isso não significa que o nosso trabalho acabou. Pelo contrário, começa  
221 agora um grande desafio que é implementar o Plano revisado e também o enquadramento.” **9)**  
222 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Nathalia Milagre Hazan  
223 agradeceu a presença de todos, manifestou que em 2024 possa continuar a participação ativa para trabalhar na  
224 melhoria das políticas ambientais e de recursos hídricos e desejou um bom Natal e boas festas. Em seguida,  
225 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

#### APROVAÇÃO DA ATA

---

**Nathalia Milagre Hazan**  
**Presidente suplente da Câmara Normativa e Recursal**